
CARTA DO CERRADO

Fórum dos Secretários Estaduais do Meio Ambiente do Bioma Cerrado



O Bioma Cerrado abrange 13 estados brasileiros, mais o Distrito Federal, caracterizando-se como o segundo maior bioma do país, com uma área de 2.036.448,0km², representando 24% do seu território. O Cerrado engloba, de forma contínua, o Distrito Federal e os estados de Goiás, Tocantins, Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Piauí, São Paulo e Paraná. Ocorre, ainda, em áreas disjuntas dos estados do Amapá, Rondônia e Roraima.

Com sua ampla extensão e heterogeneidade de ecossistemas, o Cerrado abriga uma rica biodiversidade e representa uma oportunidade para investimentos no seu desenvolvimento sustentável. No continente sul americano, destaca-se como uma grande área de recarga, captando águas pluviais que abastecem nascentes formadoras de várias bacias, sendo fundamental para a manutenção do equilíbrio hidrológico. Biodiversidade, água e solos caracterizam a heterogeneidade e importância do Bioma, além disso, inúmeras populações humanas dele dependem para a sua sobrevivência.



Considerando os temas ambientais de maior relevância para o Bioma Cerrado:

Mudanças Climáticas – estudos apontam para uma menor variação de temperatura, com estação seca mais prolongada e chuvas mais concentradas (chuvas torrenciais), contexto que deve ser considerado nas políticas de adaptação aos efeitos das mudanças climáticas;

Biodiversidade – perdas mais intensas de biodiversidade com o avanço da fronteira agrícola e demais atividades econômicas, ampliando a pressão sobre os biomas fronteiriços;

Recursos Hídricos – comprometimento da quantidade e qualidade das águas das quatro grandes bacias hidrográficas brasileiras (Amazônica, Tocantins-Araguaia, do Paraná-Paraguai e do São Francisco), cujas nascentes têm origem no Cerrado, que deve ser reconhecido como o berço das águas brasileiras. O Cerrado é fundamental para a manutenção do equilíbrio hidrológico dos Biomas adjacentes;

Desenvolvimento Sustentável – ausência de estratégias voltadas para o desenvolvimento sustentável do Bioma, diante das crescentes demandas sociais, ambientais e econômicas.

Considerando os instrumentos de políticas públicas para o desenvolvimento do Bioma Cerrado:

Plano de Segurança Climática – planos setoriais de mitigação e adaptação às mudanças do clima;

Plano de Proteção e Conservação da Biodiversidade e dos Conhecimentos Tradicionais Associados – biodiversidade como patrimônio natural, científico, econômico, alimentar e de inovação tecnológica nas áreas de genética e de princípios ativos, entre outros;

Sistema de Unidades de Conservação – é fundamental a proteção e preservação dos ecossistemas por meio de políticas voltadas à criação e/ou consolidação das áreas protegidas;

Plano de Gestão dos Recursos Hídricos – elaboração e implementação integrada dos diferentes instrumentos de gestão dos recursos hídricos para o equilíbrio do Bioma e sustentabilidade dos processos produtivos agropecuários, industriais e urbanos;

Plano de agregação de valor aos produtos do Bioma Cerrado – estabelecimento de políticas e instrumentos econômicos e organizacionais que estimulem o uso e beneficiamento sustentável dos produtos do Cerrado promovendo a inclusão social ;

Plano de Ativos Ambientais – redução de emissões de gases efeito estufa, manutenção dos estoques de carbono florestal; definição e implementação de uma política para o REDD+, REDD, pagamentos por serviços ambientais, com a valorização dos ativos ambientais (água, biodiversidade, solo e outros serviços ecossistêmicos).

Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Cerrado (PPCDQ Cerrado) – conjunto de ações integradas dos governos para a contenção do desmatamento e queimadas do Bioma;

Plano de Erradicação de Espécies Exóticas Invasoras – planos de controle e erradicação de espécies exóticas invasoras, tendo em vista as invasões biológicas serem consideradas a segunda maior causa da perda de Biodiversidade no mundo;

Governança – fortalecimento da articulação entre os diferentes níveis de governo, organizações da sociedade civil e setor produtivo para o desenvolvimento sustentável do bioma; melhoria da infraestrutura dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente – OEMAs e definição de um escopo legal para a proteção do bioma.

Considerando o objetivo e desafios comuns do Fórum de Secretários Estaduais de Meio Ambiente do Bioma Cerrado de:

Promover a integração e descentralização das políticas de meio ambiente para a qualificação do crescimento econômico dos Estados e do País como estratégia para o bioma;

Promover a cooperação entre os Estados que abrigam o bioma para o compartilhamento das experiências de gestão;

Prospectar cenários de desenvolvimento com e sem políticas de conservação, diante dos cenários nacional e internacional, político e econômico como base para a tomada de decisão;

Implementar políticas e ações de captação de recursos para melhorias e inovações tecnológicas dos processos e atividades econômicas no Bioma, que reforcem a conservação e a recuperação de áreas críticas;

Articular e mobilizar, social e politicamente, o reforço das ações de desenvolvimento sustentável e conservação, incluindo o aperfeiçoamento e atualização das normas legais;

Estabelecer uma rede comum de dados, informações e iniciativas sobre o bioma Cerrado.

O Fórum dos Secretários Estaduais de Meio Ambiente do Bioma Cerrado, vem apresentar as seguintes recomendações e prioridades:

Ampliar os recursos de diferentes fontes a serem investidos na região, de forma integrada e descentralizada, priorizando a captação e destinação de recursos para investimentos no Bioma e efetiva participação dos Estados no planejamento, negociação e aplicação;

Intensificar as consultas e a articulação com os Governos Estaduais para o planejamento, revisão e implementação do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Cerrado visando o monitoramento contínuo e integrado (PPCerrado);

Promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e a proteção dos ecossistemas do Cerrado, valorizando sua importância social, ambiental e econômica desenvolvendo atividades produtivas, de educação ambiental e de pesquisa;

Apoiar a implantação do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões – MBRE, alertando para a necessidade da efetiva participação dos estados no seu desenvolvimento e implementação;

Disponibilizar recursos financeiros para projetos e ações de redução de emissões no esforço suficiente para o alcance das metas.

A Política Nacional de REDD+ deve ser desenvolvida de forma integrada com os estados contribuindo para uma redução consistente e efetiva das emissões de gases efeito estufa e promover a conservação, juntamente com benefícios climáticos e socioambientais.

Aproveitar o potencial de energias limpas, a partir da exploração sustentável das áreas produtivas, de forma a gerar mais emprego e renda, reduzindo as desigualdades sociais e econômicas no Cerrado brasileiro.

Promover a proteção e a recuperação do meio físico, especialmente da integridade dos mananciais de água, estimulando as práticas de conservação do solo;

Desenvolver e implementar mecanismos efetivos de estímulo e apoio à recuperação e conservação das áreas com solos agrícolas degradados, assim como ao seu mapeamento e monitoramento;

Desenvolver e incentivar programas de pagamento por serviços ambientais e instrumentos econômicos como estratégia para a conservação e recuperação dos ecossistemas;

Fortalecer os instrumentos da Política de Gestão dos Recursos Hídricos;

Promover o agro-extrativismo, bem como a agregação de valor e desenvolvimento de novos produtos e usos comerciais de produtos da biodiversidade – economia verde;

Promover e viabilizar a elaboração dos Planos Diretores Municipais, de forma integrada aos demais instrumentos de planejamento e visando o desenvolvimento urbano sustentável;

Promover a integração dos diferentes instrumentos de planejamento territorial – planos diretores municipais, planos de bacia, planos de manejo - usando uma base de dados integrada e tendo como referência o Zoneamento Ecológico Econômico;

Reconhecer o Cerrado como patrimônio nacional, elevando-o à mesma categoria dos Biomas Amazônia, Mata Atlântica e Pantanal ;

Promover a efetiva participação dos estados nos processos de criação de unidades de conservação federais, com as devidas consultas públicas realizadas;

Aplicar, efetivamente, os recursos da compensação ambiental dos licenciamentos federais no estado impactado, preferencialmente nas UCs Estaduais e Federais diretamente afetadas;

Promover o desenvolvimento da aquicultura e da pesca, aumentando a produção e o consumo de peixes, a segurança alimentar e o associativismo, visando à geração de ocupação e renda, melhoria da qualidade de vida e a diminuição das desigualdades socioeconômicas;

Ampliar o Programa Bolsa Verde para atender as UCs Estaduais e as comunidades tradicionais do Cerrado, incluindo as comunidades do entorno das Unidades de Conservação de Proteção Integral;

Disponibilizar recursos financeiros e apoio técnico para a implantação, no Cerrado, do Cadastro Ambiental Rural – CAR;

Atualizar, com a devida participação dos estados, o mapeamento das Áreas Prioritárias para a Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade;

Fomentar e apoiar Inventários da Flora e da Fauna em todos os estados do bioma do Cerrado;

Promover estudos e o monitoramento das espécies invasoras;

Fomentar e apoiar os Estados do Bioma Cerrado a elaborar o Zoneamento Ecológico Econômico, seguindo a metodologia e diretrizes do ZEE Brasil;

Apoiar a elaboração e implementação das políticas estaduais de resíduos sólidos, de forma a incentivar e subsidiar os municípios no planejamento da gestão destes resíduos, incluindo a formação de consórcios entre pequenos municípios na construção de aterros sanitários e o apoio às cooperativas de catadores de material reciclável.

Fomentar o desenvolvimento e a implementação de iniciativas da Economia Verde;

Consolidar e ampliar o Sistema de Unidades de Conservação do Cerrado;

Desenvolver o turismo sustentável que valorize o Bioma e os seus serviços ecossistêmicos;

Fórum dos Secretários Estaduais do Meio Ambiente do Bioma Cerrado

Secretaria Executiva

Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia
Avenida Luís Viana Filho, 3ª Avenida, nº 390 - Plataforma IV - Ala Norte - CEP:
41.745-005 | Centro Administrativo da Bahia Salvador - Bahia
www.meioambiente.ba.gov.br | forumcerrado@sema.ba.gov.br